

A VIDA ATRÁS DAS GRADES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA ACERCA DA REALIDADE IMPOSTA PELO CÁRCERE

LIFE BEHIND THE BARS: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE ABOUT THE REALITY IMPOSED BY PRISON

Daniele Oliveira do Amaral¹

Gabriella Ferro Dalla Mora²

Andressa Melina Becker da Silva³

Resumo

O sistema prisional brasileiro tem como objetivo a ressocialização e a punição da criminalidade, objetivo esse distante da realidade. O objetivo desse trabalho é descrever a realidade biopsicossocial do cárcere brasileiro e avaliar quais são os protocolos/métodos de avaliação psicológica que são utilizados na realização de pesquisas empíricas referentes. O método utilizado foi revisão sistemática da literatura, sendo a busca realizada em 5 bases de dados nacionais e internacionais: Scielo, Pepsic, Lilacs, Biblioteca Virtual de Saúde e Periódicos CAPES. Os descritores utilizados foram “avaliação psicológica” e “prisão” ou “cárcere”. A busca resultou em 640 artigos, sendo 69 artigos incluídos de acordo com os critérios: terem sido publicados entre 2008 e 2019, escritos em português, serem pesquisas empíricas com coletas de dados pertinente a temática. Foram excluídos artigos encontrados em mais de uma base de dados, artigos sem uma boa estrutura metodológica e que não se enquadrem nos objetivos do estudo. Os resultados foram descritos em quatro categorias temáticas, sendo elas: mulheres no sistema prisional, saúde da população carcerária, homens no sistema prisional e vivências dos agentes penitenciários. Nos 21 artigos selecionados, foram encontrados diversos instrumentos, sendo que entrevistas e questionários sócio demográficos são os que se sobressaem, porém o uso de testes validados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) são poucos comparados com outros instrumentos. Através da pesquisa foi possível verificar a realidade do sistema prisional brasileiro, sendo sugerida intervenções nesses ambientes buscando maior humanização.

Palavras-chave: psicologia social. avaliação psicológica. sistema prisional.

Abstract

¹ Graduanda do curso de Psicologia; Universidade de Sorocaba; e-mail: gabrielladallamora@hotmail.com

² Graduanda do curso de Psicologia; Universidade de Sorocaba; e-mail: daniamaral10@hotmail.com

³ Professora Doutora nos cursos de Psicologia e Educação Física da Universidade de Sorocaba; e-mail: andressa_becker@hotmail.com

The Brazilian prison system aims to re-socialize and punish criminality, an objective that is far from reality. The objective of this work is to describe the biopsychosocial reality of Brazilian prison and to evaluate which are the protocols/methods of psychological evaluation that are used in conducting empirical research. The method used was a systematic literature review, and the search was carried out in 5 national and international databases: Scielo, Pepsic, Lilacs, Virtual Health Library and CAPES Journals. The descriptors used were "psychological assessment" and "prison" or "jail". The search resulted in 640 articles, 69 of which were included according to the criteria: having been published between 2008 and 2019, written in Portuguese, being empirical research with data collections relevant to the theme. Articles found in more than one database, articles without a good methodological structure and that do not fit the objectives of the study were excluded. The results were described in four thematic categories, namely: women in the prison system, health of the prison population, men in the prison system and experiences of prison officers. In the 21 selected articles, several instruments were found, with interviews and socio-demographic questionnaires that stand out, however, the use of tests validated by the Psychological Test Evaluation System (SATEPSI) are few compared with other instruments. Through the research it was possible to verify the reality of the Brazilian prison system, suggesting interventions in these environments seeking greater humanization.

Keywords: social psychology. psychological evaluation. prison system.

Introdução

O sistema prisional brasileiro tem como objetivo a ressocialização e a punição da criminalidade, porém, a superlotação, a alimentação precária, a falta de assistência médica e higiene são fatores que fazem com que essa população não tenha a garantia de seus direitos humanos. O conceito de direitos humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza (ONU, 2018). Se os presos fossem tratados com dignidade sendo reintegrados de forma adequada à sociedade, os objetivos do sistema prisional poderiam ser atingidos.

A superlotação nos presídios é um dos principais fatores que mais assolam os direitos humanos, além de potencializar outros tipos de violência, como as rebeliões e as disputas entre as facções criminosas, ocasionando centenas de mortes violentas e outras formas de violência física, psíquica, moral ou sexual entre os presos (PEREIRA, 2017). Nos últimos anos houve um aumento significativo dessa população. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o número de presos no Brasil no ano de 2019 chegou à 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes. Do ano

de 2017 para 2018 o crescimento foi de 2,97%, e do último semestre de 2018 para o primeiro de 2019 foi de 3,89% (BRASIL, 2020).

Além do aumento da população carcerária, há também um déficit de vagas muito grande, observado um total de 354 mil vagas (CASTEL, 2019). Com isso, os presos acabam dormindo no chão de suas celas, e quando não existe espaço no chão eles dormem amarrados às grades das celas. Existe também o tratamento desumano, os maus tratos, tormento físico, mental, os preconceitos e a discriminação sejam por cor, raça, etnia ou religião, dessa forma os presos acabam sendo tratados de forma desigual (CAMARGO, 2006).

Diante do atual cenário prisional brasileiro fica explícito o não cumprimento da garantia dos direitos humanos aos apenados, ocasionando uma série de violência não somente física, mas também psicológica e o tratamento desumano. A atuação dos psicólogos na área da Psicologia jurídica começou a ser reconhecida a partir de 1960, tendo uma inserção de forma gradual onde os primeiros trabalhos eram voltados para área criminal. No sistema prisional, o psicólogo pode desenvolver diversas práticas, como por exemplo, avaliação psicológica e elaboração de relatórios, laudos, pareceres; atenção psicológica, encaminhamentos, reuniões de equipe, atuação nas relações institucionais, dentre outras. (LAGO, 2009). Nesse contexto, o trabalho do psicólogo também deve ser o de acompanhar o projeto de atenção à saúde e inserção social da pessoa presa.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão voltada para a garantia de direitos e para a promoção da saúde, pode contribuir para a melhorar a condição de vida nos cárceres. Pode-se, por exemplo, produzir estratégias de escuta das pessoas privadas de liberdade que buscarem este serviço; práticas grupais ou ações voltadas para a promoção de saúde que envolvam outras pessoas, seja dentro ou fora do sistema prisional, como por exemplo, profissionais que desenvolvam atividades artísticas e culturais. A arte e a cultura podem ser ferramentas importantes para a produção de uma subjetividade que leve em conta a valorização da vida dessas pessoas (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018).

Com base neste cenário, o presente estudo visa a compreender teoricamente o que os artigos relacionados à Psicologia apresentam sobre a realidade do sistema prisional brasileiro.

Métodos

Realizou-se uma revisão sistemática buscando artigos inseridos nas bases eletrônicas de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos CAPES), por serem consideradas bases de dados com relevância para a área da Psicologia.

Utilizou-se os descritores encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde Psicologia (BVS-Psi) “avaliação psicológica”, “prisão” e “cárcere”. A busca e seleção dos artigos foram feitas por dois avaliadores. Os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados entre 2008 e 2019, b) escritos em português, c) pesquisas empíricas com coletas de dados. Os critérios de exclusão foram: a) artigos repetidos; b) sem uma boa estrutura metodológica, ou seja, que não estabelecessem claramente os objetivos do estudo ou sem descrição clara do método usado; c) que não se enquadravam nos objetivos do estudo.

Os dados foram tabulados em planilhas de Excel e analisadas qualitativamente pelos seguintes critérios: autor, ano de publicação, participantes do estudo, instrumentos utilizados, resultados obtidos e conclusão. Para melhor compreender e descrever os dados descritos na literatura científica produziu-se quatro categorias temáticas, sendo elas: mulheres no sistema prisional, saúde da população carcerária, homens no sistema prisional e vivências dos agentes penitenciários. Além disso, aplicou-se a recomendação PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015), que consiste em um *checklist* com 27 itens com a finalidade de auxiliar os autores aprimorarem o relato de revisões sistemáticas e meta-análises (Figura 1).

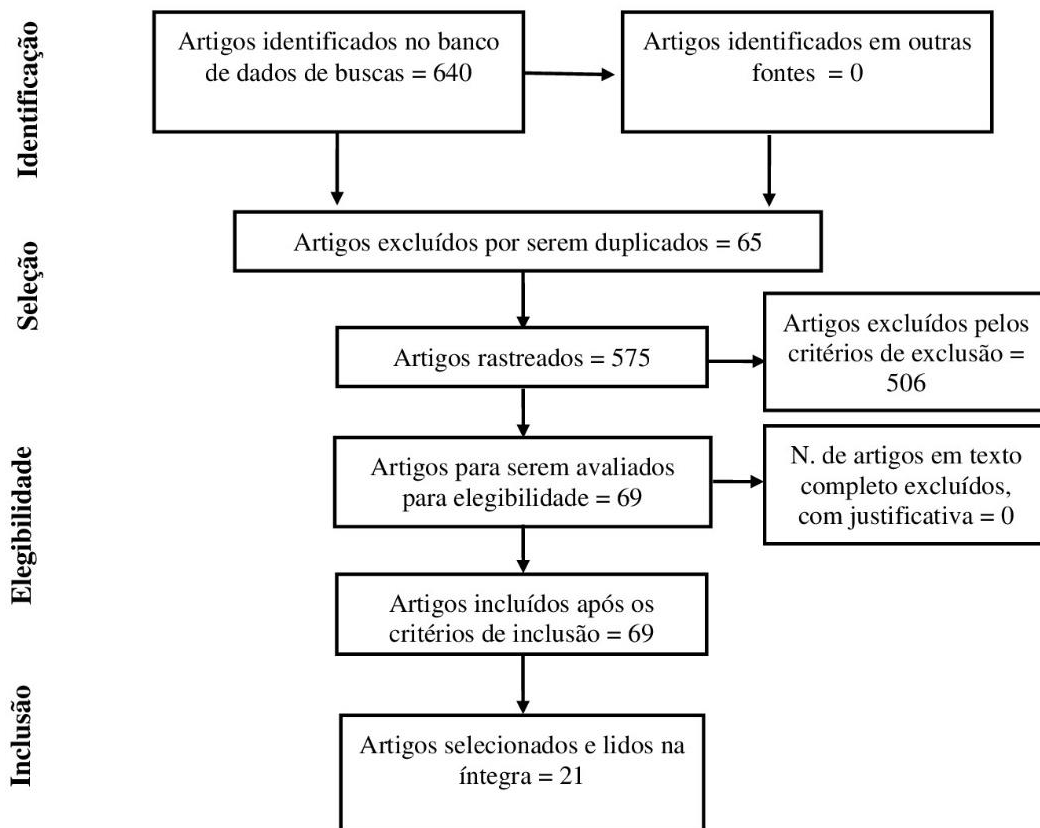


Figura 1 - Fluxograma de seleção dos artigos

Resultados e Discussão

Foram analisados ao todo 21 artigos. Após a leitura analítica dos mesmos, foram localizados quatro temas: mulheres no sistema prisional (n = 6), saúde da população carcerária (n = 5), homens no sistema prisional (n = 5), vivências dos agentes penitenciários (n = 5). Cada tema será aprofundado na sequência.

De modo geral, ressaltando as quatro categorias, o ano que teve mais publicações foi no de 2016, contendo 9 artigos publicados, por conseguinte foi o ano de 2015 e 2018 tendo 8 artigos publicados cada um. No ano de 2011 não houve nenhuma publicação com essa temática e em 2009 apenas dois artigos foram publicados. Concluiu-se que houve um aumento a partir do ano de 2012 no número de artigos sobre o assunto e, além disso, o uso de entrevistas e

questionários sócio demográficos como instrumentos utilizados nas pesquisas se sobressai, assim como o uso de testes validados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Evidencia-se que a aprovação desses testes pelo SATEPSI é importante, pois indica que houve um conjunto de estudos atestando a qualidade dos testes.

Identificou-se que houve autores repetidos entre os artigos de todas as categorias, como por exemplo, as autoras brasileiras Lannuzya Veríssimo e Oliveira, Gabriela Maria Cavalcanti Costa e Miriam Ventura com artigos nos eixos temáticos mulheres e saúde. Outros autores brasileiros que foram ressaltados foram Maria Eliane Liégio Matão, Denismar Borges de Miranda e Eliane Luciana de Souza, que tiveram artigos tanto na temática sobre mulheres, como também na dos agentes. Dessa forma, percebeu-se que esses autores citados se aplicaram às pesquisas com a temática do sistema prisional.

Mulheres no sistema prisional

O ano de publicação dos artigos foram um no ano de 2013, 2015 e 2017 (n = 1, cada), 2016 (n = 3). Em relação à população avaliada nessa primeira categoria, considerando os seis artigos têm-se uma amostra total de 97 mulheres, sendo que a faixa etária variou de 18 a 50 anos. Os instrumentos utilizados nos estudos foram: entrevistas com questões abertas e fechadas; um questionário sócio demográfico; dois formulários, um sendo estruturado e outro para registro sócio demográfico juntamente com uma entrevista aberta; e por fim, entrevistas semiestruturadas em dois dos artigos, um contendo a temática relacionada à avaliação da assistência no pré-natal e outro sobre a percepção do vínculo.

Dois dos artigos selecionados tratam sobre a assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário, um mais especificamente sobre a ausência dessa assistência e outro sobre a vivência dessas gestantes em relação ao pré-natal. Os artigos têm como objetivo descrever a experiência vivenciada por mulheres grávidas no sistema prisional (GALVÃO; DAVIM, 2013), e

compreender as vivências das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência no pré-natal em cárcere (SANTANA; OLIVEIRA; BISPO, 2017). Para o levantamento dos dados os instrumentos utilizados nesses estudos foram: um roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões abertas e fechadas, subdividida em três partes, sendo elas: primeira e a segunda constituída de variáveis sócio demográficas e obstétricas e a terceira com uma questão norteadora sobre a vivência das mulheres quando estavam grávidas em situação de cárcere; e, no outro estudo utilizou-se entrevista semiestruturada e a observação participante das gestantes durante as consultas de pré-natal.

Os resultados do estudo sobre a ausência de assistência às gestantes apresentaram que a maioria das mulheres grávidas não tiveram assistência e acompanhamento ao pré-natal. Foram relatados a falta de estrutura no sistema prisional que pudessem atender as especificidades das gestantes, como por exemplo, boa alimentação, bom relacionamento interpessoal, apoio familiar, entre outros. Notou-se que a experiência vivida pelas mulheres no sistema prisional é bastante delicada, pois não existe um serviço de saúde e nem profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros para atender essas mulheres, quando são atendidas, são por técnicos de enfermagem. E, não existe acompanhamento pré-natal, parto e puerpério comprovado pelas falas das mulheres que participaram do estudo (GALVÃO; DAVIM, 2013).

O sistema prisional apresenta uma realidade precária, a falta de estrutura, a superlotação, falta de assistência e má alimentação são fatores preocupantes para a saúde, principalmente para gestantes. A alimentação na fase gestacional é extremamente importante para a mãe e principalmente para o bebê, e com a alimentação precária oferecida nos presídios, o desenvolvimento do bebê pode ter complicações. É fundamental que nos presídios exista a garantia dos direitos para as gestantes que estão em situação de cárcere (GALVÃO; DAVIM, 2013).

Os resultados da percepção das gestantes sobre a avaliação da assistência no pré-natal foram apresentados em subcategorias: horrível, é a palavra de ordem, tecnicismo nas consultas de pré-natal e falta de assistência

de enfermagem durante o pré-natal. Foram questionadas sobre a qualidade da assistência, as mães fizeram uso da palavra horrível como resposta, demonstrando que não há um cuidado especial para com elas. Quando descreveram as consultas puderam falar também sobre os sentimentos e as inseguranças vividas. As falas das entrevistadas mostraram que os profissionais muitas vezes não se importaram com as queixas trazidas por elas nas consultas e que o atendimento era muito rápido. Sobre a falta de assistência de enfermagem, as entrevistadas afirmaram que as enfermeiras não participam efetivamente das consultas, e algumas das gestantes nem conhecem a enfermeira do local (SANTANA; OLIVEIRA; BISPO, 2017).

É notável que nas penitenciárias não exista um local apropriado para as gestantes e nem uma assistência à saúde dessas mulheres. O atendimento humanizado não é uma realidade vivida nos contextos penitenciários. O cenário demonstra que existe uma fragilidade nos direitos humanos e que há uma falta de profissionais da saúde qualificados para atuarem nesses locais.

Alguns artigos que tratam sobre a maternidade no sistema prisional, tiveram como objetivo: compreender a vivência da maternidade para presidiárias (VERÍSSIMO, et al., 2015); identificar a percepção dos vínculos mantidos com os filhos durante o período de reclusão (SOARES; CENCI e OLIVEIRA, 2016), e conhecer as particularidades acerca da relação mãe-filho no ambiente carcerário (DE MIRANDA, et al, 2016). Os resultados em relação à vivência da maternidade demonstraram que as mães relataram sofrimento em relação à separação dos filhos, seja ela realizada logo após o período de amamentação ou então ao término das visitas familiares. As mulheres relataram também que o sofrimento não é vivenciado somente pelo fato de sentir saudade, mas também por não receberem notícias de seus filhos, por não estarem acompanhando o desenvolvimento deles (VERÍSSIMO, et al., 2015). Outro fator identificado no estudo foi que as mães sofrem um estigma por não desempenharem o papel de mãe corretamente, ou como é esperado pela sociedade, pois o sistema prisional não permite que as mães possam levar os filhos para tomar vacinas e/ou fazer

consultas médicas. Algumas mulheres afirmaram que preferem estar com os filhos no contexto prisional a longe deles, pois isso permite que elas tenham um alento durante o aprisionamento (VERÍSSIMO, et al., 2015).

O fato dessas mulheres estarem privadas de liberdade faz com que haja uma ruptura no vínculo com os filhos, acompanhado muitas vezes de sofrimento e abandono familiar. Além disso, algumas mulheres acabam optando por ficarem longe dos filhos para que eles não sejam expostos ao ambiente prisional, já que consideram que esse contexto é inadequado para seus filhos permanecerem (DE MIRANDA, et al, 2016).

Sobre a percepção do vínculo entre as mães e seus filhos a discussão apresentada mostrou que houve um enfraquecimento no vínculo entre mães e filhos por conta do afastamento entre eles. Uma das mães em seu relato mencionou que tinha medo de que seu filho se esquecesse dela por conta do afastamento causado pelo encarceramento. As mães demonstraram um cuidado com os seus filhos, pois esperam que os filhos não se envolvam no mundo do crime e esperam que eles possam estudar. Os filhos também são um incentivo para as mães, elas buscam trabalhar na prisão para que exista redução na pena (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016).

Percebeu-se que as mães se preocupam com os filhos e principalmente em manter o vínculo com eles. Além disso, essas mães esperam que seus filhos possam ter um futuro longe do crime, porém não podem exercer esse cuidado com os filhos. Sendo assim, esse cuidado fica destinado à outra pessoa da família (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016).

O fato de a criança permanecer com a mãe mesmo no ambiente inapropriado não tira a importância da presença materna e do vínculo entre ambos. Algumas das participantes do estudo relataram que a presença de seus filhos no ambiente carcerário nos primeiros meses foi vista como uma experiência positiva. Porém, outras participantes relataram que mesmo sendo difícil preferem que seus filhos tenham contato apenas com o mundo exterior, ou seja, fora do cárcere (DE MIRANDA, et al, 2016).

De forma geral, é notável o sofrimento da relação do vínculo entre mãe e filho; o sistema prisional não oferece um ambiente que seja propício para as crianças (SANTANA; OLIVEIRA; BISPO, 2017). As mães se preocupam com o desenvolvimento de seus filhos, e se os cuidados para a criança estão sendo feitos de forma apropriada no ambiente externo (VERÍSSIMO, et al., 2015). Além disso, as mães que recebem visitas dos filhos sofrem no momento da separação de ambos, pois acreditam que o vínculo pode ser enfraquecido (SOARES; CENCI; OLIVEIRA, 2016).

Além dessa realidade da maternidade, o artigo de Barros et al. (2016) discute sobre a situação socioeconômica e reprodutiva das mulheres. Os conteúdos abordados no artigo tiveram como objetivo mostrar o perfil socioeconômico delas. O período de coleta de dados foi de julho a agosto de 2013, utilizou-se um formulário estruturado que investigou diversos fatores, como por exemplo, idade, situação conjugal, renda familiar, escolaridade, profissão anterior, número de gestações, partos, abortos, histórico reprodutivo, realização de pré-natal. Os resultados demonstraram que cerca de 42,5% das presidiárias eram múltiparas em relação à situação reprodutiva. Mais da metade realizaram consultas durante a gestação, cerca de 59,60%, porém 40,40% não efetuaram nenhuma consulta. O número de abortos realizados teve uma frequência de 42,50% (BARROS et al., 2016).

Observou-se que é necessário planejar estratégias educacionais de promoção de saúde reprodutiva nesse contexto. O alto índice de aborto realizado e o número de mulheres que não possuem acesso ao pré-natal demonstram que essas mulheres necessitam ter acesso aos serviços de saúde de qualidade. A implantação de estratégias de promoção de saúde para essas mulheres pode fazer com que elas tenham um autocuidado, diminuindo também o risco de doenças e complicações durante a gestação.

Saúde da população carcerária

Nessa segunda categoria os anos de publicação foram de 2013 até o ano de 2016, sendo dois dos artigos publicados em 2016. Em termos de amostra total, dos cinco artigos analisados têm-se a participação de 2013 pessoas, sendo elas homens e mulheres, com faixa etária variando de 18 a 64 anos, sendo eles solteiros e/ou casados, tendo filhos ou não. Os instrumentos utilizados foram: um questionário estruturado de múltipla escolha juntamente com o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP); um questionário auto preenchível, o Inventário Beck de Depressão e o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos (ISSL); entrevistas semiestruturadas com eixos de discussão de temas diversos, sendo uma delas feitas individualmente com perguntas abertas; e por fim, um formulário com 21 questões abertas e fechadas.

Três dos artigos tratavam sobre saúde da população carcerária, um sobre o trabalho no contexto carcerário e outro sobre o perfil epidemiológico. Os estudos que abordaram sobre a saúde tiveram como objetivo: analisar as produções discursivas sobre saúde e doença expressadas pelos homens que se encontram em regime fechado (REIS; KIND, 2014); analisar quais são as condições de saúde mental dos presos e custodiados do estado do Rio de Janeiro e sua relação com o aprisionamento (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016); apreender as representações sociais sobre aids construídas por mulheres em privação de liberdade (TRIGUEIRO et al., 2016). Os instrumentos utilizados nos estudos foram: realizadas entrevistas; um questionário auto preenchível, o Inventário Beck de Depressão e o Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos (ISSL); um questionário estruturado de múltipla escolha, contendo informações sócio demográficas e o Teste da Associação Livre de Palavras (TALP), tendo com estímulo indutor a palavra “AIDS”.

Evidenciou-se por meio dos resultados que quando indagados sobre a compreensão de saúde os apenados afirmaram como uma concepção de uma tríade, sendo: corpo, mente e espírito. Alguns deles falaram sobre alimentação saudável, exercícios físicos, aspectos psicológicos e equilíbrio. Com relação aos sentimentos sobre a própria saúde um dos presos em seu relato afirmou que

passou por diversos momentos difíceis, justificando sua capacidade de superação da dor. Sobre a saúde dos outros homens, muitos mencionaram que existem muitos presos doentes e que a falta de médicos e remédios faz com que o local da prisão provoque ainda mais adoecimento (REIS; KIND, 2014).

Muitos acreditam que quem busca mais por serviços de atendimento à saúde são as mulheres e que eles acabam cuidando da própria saúde trabalhando. Por fim, foi mencionado que para melhorar a saúde na penitenciária deveria ter profissionais melhores, equipamentos, possibilidade de prática de exercício físico e melhorar a alimentação. Percebe-se que os homens não possuem um autocuidado com a própria saúde, muitas vezes a boa saúde está relacionada com a virilidade e aspectos da masculinidade hegemônica (REIS; KIND, 2014).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2008, p. 13) a integralidade na atenção à saúde do homem implica na visão sobre o processo da violência, requerendo a dessensibilização de seu papel, por meio da consideração crítica dos aspectos que vulnerabilizam o homem à autoria da violência, a fim de intervir preventivamente sobre as suas causas, e não apenas em sua reparação. Dessa forma, a violência e o machismo se propagam cada vez mais no ambiente prisional e com isso acabam deixando de lado o autocuidado com si mesmo e sua saúde. O homem acaba reproduzindo comportamentos danosos que constituem sua masculinidade de forma hegemônica, favorecendo assim um adoecimento e achando que o homem não precisa de cuidados.

O artigo de Oliveira et al. (2013) teve como finalidade descrever o perfil epidemiológico das presidiárias da Paraíba, tendo como participantes 551 mulheres de 18 a 28 anos, em sua maioria paraibanas que estavam detidas durante a realização da pesquisa. As mulheres responderam um formulário com questões abertas e fechadas que referentes à aspectos sociodemográficos, aprisionamento e saúde/doença. Com relação ao aprisionamento, a maioria da população eram rés primárias 75,3% e 24,7% reincidentes, entre todas as

presas, cerca de 70,9% encontram-se em aprisionamento provisório e 29,1% sentenciadas. A causa do aprisionamento das mulheres estão na grande maioria associados ao tráfico de drogas e associação ao tráfico. Os dados relacionados à saúde das mulheres apresentaram que 25,9% possuem doenças diagnosticadas e apenas 18,1% recebem algum acompanhamento de saúde. O número de mulheres com transtornos mentais é cerca de 40,7%.

É notável que existe uma falta de assistência na saúde dessas mulheres, pois o número de mulheres diagnosticadas é superior das que recebem um acompanhamento. Existe a possibilidade de o número de doenças ser ainda maior, pois muitas vezes pode existir o não reconhecimento dos sinais e sintomas, principalmente pela falta de assistência médica. Faz-se necessário adequações e implementações nas políticas públicas de saúde que visem serviços voltados para a saúde população carcerária.

O estudo que abordou saúde mental apresentou os seguintes resultados: o estresse foi observado em 35,80% dos homens estando associado com o tempo de prisão e nas mulheres foi de 57,90% associando-se ao vínculo familiar e o trabalho na prisão. A depressão também foi apontada nesse estudo, apresentada entre os homens estando associada à situação conjugal, religião, vínculo familiar, visitas na prisão e faixa etária e nas mulheres a depressão esteve associada também no vínculo familiar. A prevalência dos sintomas depressivos moderados e graves foram de 31,10% em homens e 47,10% em mulheres (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Percebe-se que o fator de preservar o vínculo familiar é um aspecto importante para ambos os sexos e que é necessário um investimento na ampliação dos serviços de saúde mental para essa população e que existem fatores relevantes e de proteção para a saúde dos presos. É importante ressaltar que mesmo estando em situação de privação de liberdade essas pessoas precisam ter seus direitos garantidos, não só os associados à saúde (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Os resultados do estudo sobre AIDS demonstraram que as representações sociais sobre a doença acabam sendo influenciadas pelo contexto prisional. Por conta da falta de assistência à saúde faz com que haja um descuido, uma discriminação, pois a maioria das apenadas tem o conhecimento de quem são as pessoas infectadas. Essa discriminação gera um agravamento, trazendo consigo ansiedade, depressão e aumento do sofrimento. Existe também o medo da morte, já que a AIDS é uma doença incurável; as apenadas temem principalmente por estarem privadas de liberdade e não possuírem assistência à saúde. (TRIGUEIRO et al., 2016)

Fica evidente a importância da viabilização de medidas protetivas contra o HIV, que sejam enfatizadas as formas de higiene para que haja um autocuidado das apenadas. A assistência à saúde também precisa existir no contexto prisional a fim de amenizar os agravos não só pela doença, mas também causados pelo sofrimento do estigma por ser portadora da AIDS.

O estudo sobre o trabalho no cárcere realizado por Jaskowiak e Fontana (2015) teve como objetivo conhecer quais são as condições de trabalho no cárcere dos agentes penitenciários e quais os reflexos disso na saúde deles. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas composta por perguntas abertas sobre as condições de trabalho, a exposição a riscos, sofrimento e adoecimento. A população participante do estudo era composta por 26 agentes, sendo 65% homens com idade de 27 a 53 anos, trabalham em turnos da manhã, tarde e noite. Os resultados demonstraram que a motivação para trabalhar como agentes dos participantes se deu por conta da estabilidade financeira, principalmente por ser um serviço público. Os sentimentos manifestos pelos agentes foram de alegria em relação à convivência com os colegas de trabalho e com os presos, e de tristeza quando relataram sobre as condições do ambiente para os presos e a falta de garantia do Estado em reabilitar o preso para voltar ao convívio social.

Outros fatores também foram mencionados pelos agentes como insatisfatórios como a superlotação nos presídios, o ambiente insalubre e

deteriorado, a falta de materiais, a má organização do trabalho e a desvalorização do trabalhador. Um problema bem recorrente apresentado foi que os agentes não podem executar o trabalho de forma segura, pois os coletes a prova de bala estavam vencidos, as munições eram todas velhas e nem sempre eram trocadas. Afirmaram também que tudo gera estresse nesse ambiente, o contato diário com a violência, a tensão vivida dentro dos presídios, acabam gerando um adoecimento do profissional (JASKOWIAK; FONTANA 2015).

É possível perceber que o trabalho dentro do sistema prisional é estressante na maioria das vezes, fazendo com que os agentes penitenciários tenham medo, insegurança, além de serem expostos à violência diariamente. Os agentes também não desenvolvem seu trabalho de forma tão eficaz como gostariam pelo fato de o ambiente carcerário não possuir condições para isso. A falta de segurança, de materiais, a desorganização, situações estressantes que fazem com que haja um adoecimento desses trabalhadores, principalmente por não possuírem atendimento psicológico na prisão.

Homens no sistema prisional

Na terceira categoria foram selecionados cinco artigos, escritos em 2009, 2012 e 2016 (n = 1, cada) e 2008 (n = 2). Como público analisado, considerando os cinco artigos, têm-se a participação de 174 homens, sendo quatro deles adolescentes de 15 a 18 anos de idade, e o restante com faixa etária de 19 a 63 anos. Os assuntos apresentados nos artigos foram associados à agressividade, privação de liberdade, estratégias de vida na prisão (DO LIVRAMENTO; ROSA, 2016) e dignidade e concepções de normalidade e saúde mental entre infratores (COELHO, 2009). Os recursos utilizados para análise da população foram: entrevistas semiestruturadas, dois instrumentos psicométricos sendo eles Aggression Questionnaire (Buss & Perry, 1992) um instrumento que mede a agressividade e o Lifestyle Criminality Screening Form - Revised (Walters, 1998) que é um instrumento de avaliação atuarial e em formato de checklist, que mede

o estilo de vida criminal; uma entrevista semiestruturado; um roteiro estruturado; entrevista narrativa; e a técnica de desenho livre.

O artigo que abordou sobre homens no cárcere (DO LIVRAMENTO; ROSA, 2016) teve como objetivo investigar os significados da experiência religiosa e prisional entre os internos de um presídio. Foram avaliados 11 internados, tendo como instrumento avaliativo uma entrevista com o auxílio de roteiro semiestruturado. Três dos integrantes participavam de atividades do grupo católico, três do grupo evangélico, um do grupo espírita e quatro que não tinham o hábito de participar de grupos religiosos. A faixa etária dos homens participantes era entre 23 a 50 anos, em sua maioria eram casados.

Os resultados mostraram que o tempo de prisão pode estar associado a formas de lidar com o encarceramento. Quanto maior o período de aprisionamento, menos os internos se questionam acerca da vida que levam, tratando-a de modo mais natural do que aqueles que estão presos por menos tempo. Assim, quanto maior o período de internação, mais intenso parece ser o processo de mortificação do eu. A religiosidade também é um fator possível para lidar com o encarceramento, onde os internos parecem sentir uma certa autonomia e dar um significado para suas vidas (DO LIVRAMENTO; ROSA, 2016).

Dois artigos abordavam sobre a agressividade, um mais especificamente sobre a agressividade nos desenhos e outro sobre o estilo de vida no contexto prisional. O objetivo do primeiro artigo era apresentar uma análise dos aspectos formais e dos indicadores de agressividade que foram observados nos desenhos da figura humana, realizados por indivíduos que cometeram diferentes delitos e por fim fazer uma comparação entre primários e reincidentes. A faixa etária dos participantes do estudo foi de 19 a 63 anos, contendo no total 100 reeducandos do sexo masculino. A avaliação foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, acompanhada da aplicação de uma técnica gráfica para confirmação de dados levantados subjetivamente nas entrevistas. Além disso, foram submetidos individualmente à técnica do desenho livre como parte do

processo de avaliação psicológica. Foram selecionados aqueles que desenharam a Figura Humana e que continham as informações passíveis de serem analisadas segundo as propostas de Van Kolck (1981a, 1984), Souza (1989) e Machover (1949/1974). Foram dois tipos de avaliação: os aspectos formais no desenho, propostos por Van Kolck (1981a, 1984), e os indicadores de agressividade, apresentados por Souza (1989) e obtidos da avaliação de personalidade segundo Machover (1949/1974).

Os grupos de reeducandos primários e de reincidentes foi mais frequente, mostrando três indicadores de agressividade. A segunda maior frequência foi de quatro indicadores para os primários e cinco indicadores para os reincidentes. Ainda que a diferença entre as médias do total de indicadores de agressividade dos dois grupos não tenha sido estatisticamente significativa percebe-se que este último grupo apresentou maior número.

O segundo estudo de Gonçalves (2012) sobre agressividade utilizou dois instrumentos psicométricos, um que a agressividade e outro o estilo de vida criminal. Os resultados apresentaram a agressividade 65.87, sendo o valor mínimo da escala é 42 e o máximo 90. A agressividade física apresenta uma média de 17.19 e a agressividade verbal 13.26. Quanto ao estilo de vida criminal, a média mostra 5.55, sendo o valor mínimo 0 e o máximo 12.

A história de consumo de drogas e a agressividade demonstraram serem os fatores mais significativos das infrações na prisão. A questão da agressividade na prisão tem sido explicada por fatores que estão associados ao meio prisional. É perceptível que os casos de agressividade nas prisões são mais frequentes onde possuem superlotações. Num estudo realizado com estudantes, Felsten e Hill (1999) verificaram que os indivíduos com hostilidade elevada apresentam níveis mais elevados de raiva depois de uma provocação, o que também poderá indicar que estes sujeitos têm dificuldades em lidar com a frustração. Sobre a gestão dos reclusos em relação à adaptação à prisão requer um cuidado penitenciário maior. Nesse caso, os reclusos “mal adaptados” necessitam de maior vigilância e intervenção psicoeducativa. Seria interessante

promover programas de visitantes nos diversos estabelecimentos prisionais, pois são de baixo custo e, de acordo com a literatura, parecem ajudar os reclusos a lidar com a prisão e manterem-se afastados da criminalidade.

O estudo sobre a dignidade social e a privação de liberdade (CASTRO; GUARESCHI, 2008), tem a finalidade de examinar o modo como os adolescentes significam suas práticas de vida e se subjetivam a partir dos contextos da família, da justiça e da medida socioeducativa de internação, após o cometimento do ato infracional. O trabalho contou com a participação de cinco adolescentes, sendo saúde mental e concepções de normalidade (COELHO, 2009) e por fim estratégias de vida na prisão (DO LIVRAMENTO; ROSA, 2016).

No artigo a família foi apresentada como uma referência importante para os adolescentes, porém o desemprego, a separação conjugal, a violência e o uso abusivo de drogas lícitas ou ilícitas são fatores que resultam no distanciamento familiar. A mídia também tem influência no desenvolvimento dos adolescentes, mostrando que as famílias desestruturadas irão ocasionar filhos violentos ou sendo usuários de drogas lícitas ou ilícitas. A família não deve ser vista como a única causadora, mas sim exposta pelas mesmas situações.

Em relação aos processos judiciais, os adolescentes relataram que muitas vezes não compreendem o que é dito nas audiências, o juiz fala muito e utiliza de termos técnicos que são desconhecidos pelos indivíduos. Outro fator mencionado foi que os adolescentes não se sentem ouvidos e incompreendidos por parte do juiz. Durante as audiências existe também a ausência dos discursos de outros operadores da justiça como, por exemplo, advogados, técnicos ou promotores (CASTRO; GUARESCHI, 2008).

Um dos tópicos apresentados pelo artigo, foi o “é possível educar privando a liberdade?”, onde apresenta que de um lado o afastamento dos problemas pode ajudar os adolescentes a superá-los, a fim de que possam desempenhar o comportamento esperado por parte do Juiz. Porém, de outro lado, os adolescentes atribuem a medida de internação como prisão, manicômio e castigo, onde a prática fica evidente por conta do uso de medicação psiquiátrica

e contenção, deixando os adolescentes isolados como forma de punição pelos comportamentos inadequados (CASTRO; GUARESCHI, 2008).

Além dessas medidas de contenção, os adolescentes também são impedidos de ter atendimentos técnicos e outras atividades. Porém, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) defende que a internação como uma medida socioeducativa só deve ser feita quando o ato infracional cometido for caracterizado por séria ameaça ou violência à pessoa. Além disso, durante o cumprimento da medida é direito do adolescente a escolarização e a profissionalização.

Mesmo anos depois da implantação do ECA que aconteceu em 1990, ainda existem instituições que não seguem as leis instituídas no estatuto. O não cumprimento das leis estabelecidas faz com que os direitos desses adolescentes não sejam cumpridos.

Outro artigo também apresentou questões de normalidade e saúde mental entre os infratores presos, escrito por Coelho (2009). Este estudo teve como referência metodológica a teoria dos sistemas de signos, significados e práticas, que propõe que sejam estudadas não apenas as pessoas do centro da sociedade, mas também as que se encontram ao seu redor. A população avaliada era composta por vinte e oito infratores presos, do sexo masculino, que foram submetidos a uma entrevista a partir de um roteiro semiestruturado. A grande maioria dos entrevistados tinham entre 20 e 30 anos de idade, possuía o primeiro grau incompleto, era solteira, praticava o delito de roubo e nunca havia feito qualquer tratamento psicológico.

Os resultados quanto às concepções de normalidade e saúde mental, os presos associaram a normalidade e a saúde fatores como, estudar, namorar, trabalhar, ler a Bíblia, fazer algum esporte, ter boa família, saber e fazer o que é certo, ter uma fisionomia normal, ser tranquilo, paciente, tratar bem as pessoas, comunicar-se com elas, pensar positivo, ter consciência do que faz, pensar antes de agir, ser inteligente, confiante, cuidar da saúde, ser sadio, sentir-se bem, não agredir, não usar drogas, dentre outros. Sobre as concepções de anormalidade

e doença mental, os detentos associaram aos comportamentos de não estudar, não respeitar o outro, não se comunicar, agir sem pensar, não ter consciência do que faz, ausência de bem-estar e saúde, à presença de distúrbio mental, estresse, depressão e angústia, à oscilação do bem-estar, problema de “nascença”, nervosismo, agitação, mudança na fisionomia, dentre outros. No que diz respeito às ações de promoção da saúde, que mantêm o estado de normalidade e saúde mental, os presos listaram os seguintes comportamentos: estudar, trabalhar, pensar no futuro (COELHO, 2009).

De forma geral, por meio dos resultados é possível identificar que a anormalidade e a doença mental são associadas pelos apenados à violência e à criminalidade. Entretanto, os presos entrevistados não se consideraram nem anormais nem violentos por terem cometido um delito. O fato desses detentos não estarem sob tratamento acaba reforçando a ideia de que eles não possuem uma anormalidade, não excluindo a possibilidade de eles portarem algum transtorno psíquico e necessitarem de assistência psicológica e/ou psiquiátrica.

Vivências dos agentes penitenciários

Na última categoria foram analisados cinco artigos, dois deles publicados no ano de 2013, um em 2015, outro em 2017 e um em 2019, sendo que no ano de 2016 não houve nenhum artigo publicado. Em relação aos participantes, somando-se todos os estudos incluídos nesta categoria têm-se 829 agentes penitenciários, com idade de 24 a 45 anos de idade.

Os conteúdos abordados foram sobre estresse, saúde, prazer e sofrimento no ambiente de trabalho, uso abusivo de álcool e outras drogas entre os agentes e sobre as redes pessoais dos agentes. Os instrumentos aplicados para a coleta de dados dos participantes foram: o instrumento ASSIST (Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test), que possui 8 questões que avaliam o consumo de álcool e outras drogas nos últimos três meses e um questionário sócio demográfico; uma entrevista não estruturada; um questionário sócio demográfico juntamente com entrevistas individuais; um questionário para

autopreenchimento; e por fim, no artigo sobre as redes pessoais dos agentes utilizou-se de observações, 29 entrevistas e um questionário sociométrico.

Nessa categoria, quatro dos artigos abordaram sobre o sofrimento no trabalho dos agentes penitenciários. O artigo de Greco et al. (2013) expôs o estresse no trabalho em centros de atendimento socioeducativo. Participaram do estudo 381 agentes penitenciários, tendo como instrumento avaliativo um questionário para autopreenchimento, com questões relacionadas aos perfis sociodemográfico e labora e questões sobre hábitos e condições de saúde. O perfil dos agentes era predominantemente do sexo feminino com idade até 44 anos, 70,10% trabalhavam havia até dez anos como agentes e 53,70% permaneciam havia até oito anos no mesmo turno de trabalho. Em relação aos dois turnos de trabalho o percentual foi semelhante, do total de agentes, 67,50% realizavam uma carga horária semanal de até 40 horas e 9,20% possuíam outro emprego. Destes, 71,40% possuíam carga horária no outro emprego de até 20 horas e 53,40% trabalhavam há pelo menos seis anos no outro emprego. Sobre a satisfação no trabalho, 55% afirmaram não receber treinamento ou capacitação referente ao trabalho exercido, ter número de agentes insuficiente na escala de trabalho (80,30%) e que não estavam satisfeitos com o local de trabalho (52,30%).

O percentual evidenciado foi menor que o observado em estudo que utilizou o mesmo instrumento avaliativo com agentes penitenciários. Esses resultados, apesar de negativos para ambos os profissionais, parecem sugerir que a especificidade do contexto laboral dos agentes socio educadores é diferente dos agentes penitenciários, pois os percentuais apresentam uma diferença considerável a favor dos agentes (GRECO et al., 2013).

É necessário que exista intervenções a fim de minimizar os efeitos do estresse laboral no indivíduo, como por exemplo, o estímulo à realização de atividades de lazer ou atividade física. Destaca-se também a importância da efetivação de um Serviço de Saúde do Trabalhador interdisciplinar atuante, que possa atentar para as demandas psicológicas advindas do trabalho dos agentes.

O estudo de Tschiedel e Monteiro (2013) elaborou um questionário sócio demográfico com o objetivo de coletar informações para a caracterização das participantes e foi utilizada uma entrevista individual semiestruturada com questões relacionados ao trabalho. As agentes penitenciárias destacaram como aspectos que contribuem para o prazer no trabalho: gostar do que faz, estabilidade, visualizar que está cumprindo com suas obrigações e pôr fim a escala de trabalho foi considerada flexível e por isso é vista como positiva. Os fatores que contribuem para o sofrimento no trabalho, as agentes penitenciárias mencionaram: a tarefa de ter que realizar a revista íntima, tanto nas presas como nas visitas dessas, atitude que causa constrangimento e humilhação na pessoa revistada, condições precárias de trabalho como falta de recursos materiais e infraestrutura física, cobranças e responsabilidades se acaso não executem bem alguma atividade prescrita.

O terceiro e quarto artigos tratam também sobre o trabalho dos agentes de saúde (JESUS; SCARPAR, 2015; RIBEIRO et al., 2019). Nos dois estudos utilizou-se entrevistas semiestruturadas e em um deles a observação. Em ambos os estudos a falta de estrutura física são mencionados como dificuldades no ambiente de trabalho, a falta de materiais e a carga horária excessiva de trabalho.

No artigo de Jesus e Scarpar (2015) menciona-se que a equipe de saúde tem grandes dificuldades em desenvolver o trabalho, pois as prisões ficam longe no centro urbano da cidade e que a aglomeração também torna o trabalho complicado. Além disso, os agentes de saúde relataram que o trabalho no cárcere é um mundo completamente diferente do externo e que as visões dentro/fora, antes e depois do cárcere são bem distintas. É necessário ter a sensibilidade de reconhecer essas diferenças nas dinâmicas sociais. Este estudo faz menção sobre o relacionamento interpessoal dos agentes penitenciários dentro da prisão, onde muitas vezes eles se encontram mais presos do que os apenados. Isso está relacionado ao fato de conversarem

apenas com os presos, sentem-se como se não fossem vistos por outros profissionais no contexto prisional.

Por fim, Dimenstein (et al, 2017) trata sobre o uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho. Com o objetivo de mostrar os índices de consumo de substâncias psicoativas, utilizou-se o ASSIST, sendo um método simples de triagem do uso de risco, nocivo ou dependente álcool, maconha (Cannabis), cocaína e outras drogas que consiste em oito questões que analisam o consumo dessas substâncias nos últimos três meses. Aplicou-se também um questionário sociodemográfico para obter dados e compor o perfil dos agentes.

Participaram da pesquisa 403 agentes penitenciários, sendo 90,60% do sexo masculino, com tempos de trabalhos distintos: 53,30% com até 5 anos de trabalho e 39,20% entre 10 e 15 anos. Com relação à idade dos participantes, a maioria tem entre 25 e 45 anos. Dentre as nove substâncias que o ASSIST investiga, oito foram citadas como já utilizadas pelos agentes penitenciários. Apesar do índice de consumo de substâncias como tabaco, álcool e maconha ser maior nos agentes que trabalharam nas penitenciárias, o uso abusivo de tais substâncias apresenta-se maior nos agentes dos CDPs. As informações indicam ainda que o trabalho em CDP tem associação positiva com o uso nocivo ou dependente de álcool e tabaco, bem como entre tempo de trabalho e consumo de maconha.

Os resultados apontam para um perfil de trabalhadores que quanto mais tempo passam trabalhando, mais adoecem. Diante disso, o uso de drogas é apontado pelos agentes de todas as unidades prisionais como necessário para proporcionar um alívio, ainda que este seja momentâneo, para as vivências desagradáveis do trabalho (DIMENSTEIN, et al, 2017).

É importante reconhecer as dificuldades na prática do cuidado ao sujeito que consome drogas de forma abusiva, especialmente no ambiente de trabalho. O cuidado a esses usuários demanda múltiplos desafios, de ordem biológica e médica, psicológica, social, jurídica e ética. No ambiente de trabalho, acrescentam-se o estigma e os preconceitos devido aos significados negativos

relacionadas à dependência de drogas, diminuindo a procura por tratamento, bem como dificultando a continuidade do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem afirmar que as produções científicas sobre o cárcere, em especial as vivências femininas, questões de saúde e o difícil cotidiano dos agentes penitenciários (GRECO, et.al 2013), (JESUS; SCAPARO, 2015), (TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013), (DIMENSTEIN et.al, 2017) e (RIBEIRO, et.al 2019) têm ganhado espaço na produção científica dos últimos cinco anos. A prisão se mostra uma pequena amostra da realidade social: violência, sofrimento psíquico, precariedade nos serviços de saúde, ambiente de trabalho insalubre, uso de álcool e drogas, e machismo.

Na perspectiva da maternidade foi possível identificar por meio dos estudos apresentados as dificuldades enfrentadas pelas mães que vivem no ambiente carcerário. A falta de recursos e assistência à saúde dessas mães durante a gestação, parto, pós-parto e aos seus filhos, faz com que muitas mães queiram que seus filhos fiquem longe da prisão, mesmo que seja difícil a convivência entre ambos.

Os estudos também demonstraram a dificuldade nos cuidados à saúde da população geral presente nas prisões. Foi possível perceber que os homens ainda possuem uma procura menor por assistência médica quando comparada com as mulheres. O último se faz presente não só na dificuldade masculina do autocuidado, expressão de sentimentos, a padronização como ser instintivamente agressivo, mas também na visão da mulher interligada a maternidade, assim como a associação da figura feminina como responsável única em se precaver de novas gestações e doenças sexualmente transmissíveis.

Os resultados de todos os artigos mostraram que a realidade prisional atual não tem cumprido com as diretrizes que o Estado propõe de garantia dos direitos humanos para a população carcerária. Sobre as limitações da pesquisa

vale ressaltar que existe poucos estudos sobre a temática. Dentre os artigos encontrados tem-se o foco voltado para expor a realidade do sistema prisional, revelando as ausências de assistências em diversos aspectos, sendo eles, físicos, escassez de materiais, falta de atendimento à saúde da população, falta de espaço físico para as crianças que são filhos das apenadas, dentre outros fatores. É necessário que os gestores e coordenados dos presídios venham pensar em estratégias a fim de aumentar a condição oferecida pelo ambiente, para que haja a garantia mínima dos Direitos Humanos para essa população.

Por meio das discussões feitas ao longo do estudo, foi possível compreender que a população carcerária não possui seus direitos cumpridos por parte do Estado. Justifica-se, assim, a necessidade de um olhar sensibilizado para a realidade atual e principalmente para que seja feita uma ressocialização e a reinserção desses indivíduos na sociedade.

O presente estudo apresenta limitações, como as bases de dados, descritores e ano utilizados para a busca. Apesar disso, buscou-se manter um rigor metodológico utilizando o protocolo PRISMA no processo de elegibilidade, extração e análise dos dados. A continuação do presente estudo é importante para o aprofundamento das razões relacionadas aos protocolos/métodos de avaliação mais utilizados, assim como as principais demandas dos sujeitos privados de liberdade. Essas informações serão úteis para profissionais que atuam na área, proporcionando uma visão vasta dessa realidade social, bem como o que pode ser feito para aperfeiçoar a prática profissional do psicólogo.

REFERÊNCIAS

AR, P. Reis; KIND, L. A saúde de homens presos: promoção da saúde, relações de poder e produção de autonomia. **Psicologia em Revista**, v.20, n. 2, p. 212-231, 2014.

BARROS, Maria Aline Rodrigues et al. Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias Sociodemographic and reproductive factors of female prisoners. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 8, n. 4, p. 4980-4985, 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes.** 2008.

CAMARGO, Virginia da Conceição. **Realidade do sistema prisional:** mostra a realidade do sistema prisional no Brasil, que se encontra falido. 2006.

Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-do-sistema-prisional>. Acesso em: 29 set. 2020.

CASTEL, Maurício dal. **PEC 199/2019 e o impacto no sistema carcerário brasileiro.** 2019. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/pec-199-2019-e-o-impacto-no-sistema-carcerario-brasileiro/>. Acesso em: 29 set. 2020.

CASTRO, Ana Luiza de Souza; GUARESCHI, Pedrinho. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 200-207, 2008.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. Concepções de normalidade e saúde mental entre infratores presos de uma unidade prisional da cidade do Salvador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 567-575, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações.** Brasília, 2016. Disponível em < <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf>>.

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2089-2100, 2016.

DE MIRANDA, Denismar Borges et al. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 6, n. 2, 2016.

DIMENSTEIN, Magda et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2017

DO LIVRAMENTO, André Mota; ROSA, Edinete Maria. Homens no cárcere: estratégias de vida na prisão. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 412-426, 2016.

DOS REIS, Andréia Resende; KIND, Luciana. A saúde de homens presos: promoção da saúde, relações de poder e produção de autonomia. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 2, p. 212-231, 2014.

ESTEVES, Cristiano; CASTRO, Paulo Francisco de. Indicadores de agressividade nos Desenhos da Figura Humana realizados por homens que cometeram delitos. **Boletim de Psicologia**, v. 58, n. 128, p. 15-38, 2008.

GALVÃO, Mayana Camila Barbosa; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. Ausência de assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário. **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 452-459, 2013.

GONÇALVES, Leonel Cunha; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. **Psicologia USP**, v. 23, n. 3, p. 559-584, 2012.

GRECO, Patrícia Bitencourt Toscani et al. Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 1, p. 94-103, 2013.

JASKOWIAK, Caroline Raquele; FONTANA, Rosane Teresinha. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, p. 235-243, 2015.

JESUS, Luciana Oliveira de; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. O trabalho em saúde nas prisões: produção de sujeitos e territórios. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 78-93, 2015.

LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Isaac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI**, v. 5, n. 1, p. 566-581, 2014.

MACHOVER, K. (1974). Proyección de la personalidad em el dibujo de la figura humana. Bogotá-Colômbia: Ediciones Cultural. (Original publicado em 1949).

OLIVEIRA, L. V. et al. Perfil epidemiológico de presidiárias no estado da Paraíba-Brasil: estudo descritivo. **Onlinebraz j nurs**, v. 12, n. 4, p. 892-901, 2013.

ONU. **O que são Direitos Humanos**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 5, n. 1, p. 167-190, 2017.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes et al. AGENTES PENITENCIÁRIOS APRISIONADOS EM SUAS REDES? **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 34, n. 101.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTANA, Ariane Teixeira; OLIVEIRA, Gleide Regina De Sousa Almeida; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, 2017.

SOARES, Indiara Ribeiro; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; DE OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 16, n. 1, p. 27-45, 2016.

SOUZA, I. **O comportamento agressivo em grupos culturalmente diferenciados**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

TRIGUEIRO, Débora Raquel Soares Guedes et al. Aids e cárcere: representações sociais de mulheres em situação de privação de liberdade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 4, p. 554-561, 2016.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, n. 3, p. 527-535, 2013.

VAN KOLCK, O. L. **Interpretação psicológica de desenhos**. (2a ed. rev.). São Paulo: Pioneira, 1981a.

VAN KOLCK, O. L. **Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil**. (vol. 2). Petrópolis: Vozes, 1981b.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico**. São Paulo: EPU, 1984.

VERÍSSIMO, Lannuzya et al. Vivência da maternidade para presidiárias. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 17, n. 2, p. 360-9, 2015.